http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2024.v20n3a65547

Verbos de percepção em português brasileiro: uma análise semântica unificada para os diferentes complementos[1]

Perception verbs in Brazilian Portuguese: a unified semantic analysis for different types of complements

Fernanda Rosa da Silva[2]

Luiz Fernando Ferreira[3]

RESUMO

Verbos de percepção licenciam: orações introduzidas por 'que'; orações reduzidas de infinitivo e sintagmas nominais/determinantes – como complemento. No entanto, o comportamento semântico não é o mesmo, pois orações introduzidas por 'que' possuem pelo menos duas leituras: uma direta e outra indireta. O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta semântica unificada para verbos de percepção que explique por que certas leituras ficam disponíveis apenas para as orações subordinadas introduzidas pelo complementizador. Para isso, empregamos como arcabouço teórico propostas de análise de orações subordinadas na Semântica Formal. Propomos que o complementizador 'que' denota uma eventualidade, mas é vago em relação ao momento que essa eventualidade ocorreu. Tal vagueza é responsável por permitir duas leituras: uma direta, na qual o evento descrito pela oração subordinada equivale à eventualidade observada pelo verbo de percepção; e uma indireta, na qual o evento descrito pela oração subordinada é anterior a essa eventualidade. Para nossa proposta, recorremos ao arcabouço teórico da Semântica Temporal. Dessa forma, é a natureza semântica do complementizador que deixa em aberto se a leitura é direta, ou seja, com a eventualidade e o evento da oração subordinada ocorrendo concomitantemente, ou se a leitura é indireta, com a eventualidade e o evento ocorrendo em tempos distintos. O contexto terá o papel de restringir essa vagueza. Sentenças com orações infinitivas ou com sintagmas nominais/determinantes apresentam apenas a leitura direta justamente porque não há o complementizador. Defendemos também que as três possibilidades de complemento para os verbos de percepção possuem o mesmo tipo semântico, o que permite uma semântica unificada para o verbo nas três estruturas.

PALAVRAS-CHAVE: Verbos de percepção. Subordinação. Semântica Formal. Ambiguidade. Vagueza.

ABSTRACT

Perception verbs license clauses introduced by the complementizer 'que', non-finite clauses and noun/determiner phrases as their complements. However, the semantic behavior is not the same since clauses introduced by the complementizer 'que' have at least two different readings: a direct reading and an indirect reading. This

[1] Agradecemos as sugestões da Comissão de Semântica e Pragmática da ABRALIN, para a qual este trabalho foi apresentado. Agradecemos também aos pareceristas anônimos, cujas críticas e sugestões valiosas nos ajudaram a esclarecer pontos deste texto. Os problemas que restarem são de responsabilidade dos autores.

[2] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Letras (FALE), fernandarosa@ufmg.br, https://orcid.org/0000-0002-0599-8805.

[3] Universidade Federal de Roraima (UFRR), Centro de Comunicação, Letras e Artes (CCLA), fernando.ferreira@ufrr.br, https://orcid.org/0000-0001-7120-0171.

Recebido em 14/09/2024 - Aceito em 15/01/2025

paper's goal is to present a unified semantic proposal for perception verbs that explains why certain readings are available only for embedded clauses introduced by 'que'. In order to do so, we have based our analysis on proposals from embedded clauses in Formal Semantics. We propose that the denotation of the complementizer 'que' refers to an eventuality, but that it is vague in relation to the time interval this eventuality took place. This vagueness is responsible for allowing two readings: a direct reading, in which the event described by the embedded clause occurs at the same time as the eventuality perceived by the perception verb; and an indirect one, in which the event described by the subordinate clause occurs prior to this eventuality. We elaborate this proposal using some tools from Temporal Semantics. Therefore, the semantics of the complementizer leaves open to the context if the reading is direct, with the eventuality and the event occurring at the same time, or indirect, with the eventuality and the event occurring at different times. The context will restrict this vagueness. Perception verbs with non-finite embedded clauses or noun/determiner phrases as their complements will have a single reading since there is no complementizer. We also defend that all three possibilities have the same semantic type, and this allows for a unified denotation for perception verbs in the three structures.
KEYWORDS: Perception verbs. Embedded clauses. Formal Semantics. Ambiguity. Vagueness.

1. Introdução

Verbos de percepção são aqueles que descrevem algum tipo de percepção sensorial, do ponto de vista cognitivo (Gisborne, 2010). Verbos como: 'ver', 'enxergar, 'ouvir', 'escutar', 'sentir', 'tocar' e 'cheirar' têm seu significado atrelado a algum dos sentidos humanos, como audição, visão, paladar, tato ou olfato.

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar, a partir das ferramentas teóricas da Semântica Formal (Kratzer, 2006, 2023; Elliot, 2020; Katz, 2002; Klein, 1994, entre outros), uma proposta de análise semântica unificada para sentenças com verbos de percepção do Português Brasileiro, doravante PB. Mais especificamente, propomos uma análise para os verbos de percepção mais prototípicos: 'ver', que está relacionado à visão, 'ouvir', voltado à audição, e 'sentir' (cf. Vendrame-Ferrari (2012)), que pode apresentar diversas acepções, entre elas sentidos relacionados ao tato e ao olfato. Procuramos desenvolver uma proposta generalizada que explique a composição semântica de verbos de percepção com diferentes tipos de argumento: sintagmas nominais/determinantes, orações desenvolvidas introduzidas pelo complementizador 'que', e orações subordinadas reduzidas de infinitivo. Abaixo, apresentamos um exemplo de cada um dos tipos de orações a serem analisadas:

(1) a. João viu que Maria cantou.
b. João viu Maria cantar.[4]
c. João viu o canto de Maria.

Podemos perceber que algumas sentenças com verbos de percepção parecem ter mais de uma leitura. Por exemplo, a sentença em (1a) apresenta pelo menos duas interpretações: (i) João presenciou

[4] A ocorrência de verbos perceptivos com orações subordinadas com gerúndio como "João viu Maria cantando" não será tratada neste artigo. Tendo no horizonte uma semântica uniforme para verbos perceptivos, seria interessante que esse tipo de oração se compusesse com o verbo da mesma forma que orações infinitivas. No entanto, a discussão desse tipo de orações requer lidar com a semântica do aspecto verbal, o que vai além do escopo proposto neste artigo. Para uma discussão sobre esse tipo de oração, recomendamos Rodrigues (2006).

o canto de Maria – leitura direta - ou (ii) João viu algo que o levou à conclusão de que Maria cantou - leitura indireta. O interessante é que essas leituras não estão presentes em sentenças com todos os tipos de complemento. Por exemplo, as sentenças em (1b) e (1c) só possuem a leitura de que João presenciou o evento de cantar.

É importante destacar que nem todos os verbos permitem essa alternância de tipos de argumentos. Verbos que tomam como argumentos objetos inanimados ou indivíduos, como 'jogar', não aceitam complementos oracionais.

(2) a. João jogou a bola.
b. *João jogou que *p*.

Só poderão apresentar complementos oracionais verbos cujos complementos representem uma proposição que representa um evento, fato ou situação no mundo. Além dos verbos de percepção, outras categorias verbais também podem ter esse tipo de complemento: verbos de atitude proposicional, como 'desejar' (3), verbos *dicendi,* como 'dizer' (4) e verbos performativos, como 'ordenar' (5):

(3) a. João desejou que a Maria fosse demitida.
b. *João desejou Maria ser demitida.
c. João desejou a demissão de Maria.

(4) a. João disse que a Maria foi demitida.
b. *João disse Maria ser demitida.
c. João disse sobre a demissão de Maria.

(5) a. João ordenou que a Maria fosse demitida.
b. *João ordenou Maria ser demitida.
c. João ordenou a demissão de Maria.

Comparando os exemplos anteriores, de verbos de percepção, em (1), com essas outras categorias, podemos afirmar que os verbos de percepção, à primeira vista, são mais flexíveis, pois aceitam argumentos dos três tipos: oração desenvolvida, oração reduzida e com sintagma nominal/determinante. Os outros tipos de verbo apresentam maior restrição. Os verbos 'desejar', 'dizer' e 'ordenar' aceitam como complemento apenas orações desenvolvidas e sintagmas nominais/determinantes.[5]

---

[5] Alguns desses verbos aceitam orações não finitas como complemento se o sujeito da oração subordinada for o mesmo que o da matriz, como em (i):
(i) a. João desejou ser demitido.
b. João disse ter dinheiro.
O importante é que, dentre os verbos que podem tomar um complemento oracional, os verbos de percepção parecem ser os que possuem menos restrições em relação ao seu complemento.

Dada a complexidade que envolve essa discussão e os limites desta pesquisa, neste artigo, tomamos como objeto de análise apenas os verbos de percepção e deixamos em aberto para pesquisas futuras a análise e a busca por uma explicação semântica de por que esses outros tipos de verbos, apesar de aceitarem complementos oracionais, são mais restritos em relação às orações reduzidas.

As perguntas que buscaremos responder na presente pesquisa são: i) como a semântica dos verbos de percepção permite a flexibilidade em relação ao tipo de complemento?; ii) como explicar as diferentes leituras entre orações subordinadas finitas, orações subordinadas infinitivas e sintagmas determinantes: (1a), (1b) e (1c)?; iii) esses tipos de verbos apresentam ambiguidade ou sempre terão a interpretação diretamente relacionada aos sentidos cognitivos?

Diante dessas perguntas, buscaremos desenvolver uma representação semântica, à luz da Semântica Formal, tomando como base teorias já desenvolvidas para a língua inglesa (Kratzer, 2006, 2023; Elliott, 2020; Katz, 2002). Essa proposta buscará explicar tanto as restrições de composicionalidade, quanto as possíveis diferenças semânticas entre as estruturas sintáticas analisadas.

Para tanto, o artigo está organizado da seguinte forma: na seção seguinte, apresentaremos um panorama geral das pesquisas já realizadas em PB que tiveram como objeto de estudo os verbos de percepção. Essas pesquisas são de diversas perspectivas teóricas e metodológicas. Na seção 3, desenvolvemos uma análise semântica para os três tipos de sentença com verbos de percepção apresentados em (1). Por fim, em 4, discutiremos as considerações finais, as conclusões das análises e as perspectivas futuras de pesquisa.

2. Verbos de percepção no português brasileiro

Os verbos de percepção, como já mencionado anteriormente, são aqueles relacionados a alguma das cinco percepções cognitivas humanas: visão, tato, olfato, paladar e audição (cf. Gisborne, 2010). Há diversas pesquisas sobre esse tipo de verbos no PB, a partir de perspectivas teóricas distintas, desde as formais, como a gramática gerativa (Rodrigues, 2006; Leger; Lunguinho; Rodrigues, 2021), até trabalhos funcionalistas (Sambrana, 2017) e da gramática de construções (Vendrame-Ferrari, 2012).

Em uma perspectiva de viés funcionalista, Sambrana (2017), investiga os marcadores discursivos que contêm os verbos de percepção de visão: ‘ver’ e ‘olhar’. A autora apresenta dados naturalísticos de uso desses verbos:

(6) “Olhe lá... Tome cuidado... - dizia Dentinho de Arroz. Essa gente sabe muita coisa...

(7) “Vê lá, Júlia, o artigo é para hoje.” (Sambrana, 2017, p. 9)

Construções como essa, segundo Sambrana, são muito produtivas em PB e possuem uma função discursiva de chamar a atenção para o enunciado. Em (6), o falante alerta o seu interlocutor, e a expressão ‘olhe lá’ enfatiza a importância desse alerta. Em (7), por sua vez, a expressão ‘vê lá’ é utilizada pelo falante para alertar Júlia sobre o prazo de entrega do artigo. Entretanto, esses usos

parecem apresentar funções pragmáticas diferentes dos exemplos em (1) e, por esse motivo, não estão no escopo do presente artigo.

Em uma outra perspectiva teórica, da gramática gerativa, Leger, Lunguinho e Rodrigues (2021) apresentam três leituras para o verbo 'ver', a leitura indireta (8), a leitura direta (9), e a leitura imaginativa (10):

(8) Eu vi (pelo seu jeito) que Jean estava bêbado.

(9) Eu vi (*pelo seu jeito) Jean beber/bebendo.

(10) Eu vejo Jean bebendo. (Leger, Lunguinho e Rodrigues, 2021, p. 2)

Para os autores, (8) apresenta uma leitura indireta porque o falante pode não ter presenciado o estado de Jean estar bêbado. Já (9) apresenta uma leitura direta porque necessariamente o falante presenciou o Jean bebendo. A sentença em (10) possui uma leitura chamada pelos autores de imaginativa, em que o falante imagina uma situação em que João esteja bebendo. Ainda, o objetivo do trabalho é investigar as leituras chamadas de enfática e de verificação, que tem um caráter pragmático, como em:

(11) Vê se me escuta! (Leger, Lunguinho e Rodrigues, 2021, p. 2)

Neste caso, a leitura pode ser de que o falante esteja chamando atenção do ouvinte: um ato de fala com força performativa de ordem. Também pode haver uma leitura na qual o falante queira verificar se o ouvinte consegue escutá-lo. Esses tipos de leituras para o verbo 'ver' aproximam-se dos dados explorados por Sambrana (2017), porém reforçamos que não fazem parte do nosso escopo de pesquisa, visto que nosso interesse é analisar na perspectiva da semântica formal sentenças bioracionais em que o verbo 'ver' e outros verbos de percepção apresentem leituras como as destacadas em (8) e (9). Sentenças como (10) também não serão investigadas neste artigo, uma vez que nosso objetivo é analisar orações infinitivas e não as marcadas por gerúndio.[6]

Ainda, em uma perspectiva da gramática de construções, Vendrame-Ferrari (2012) busca relacionar a noção de evidencialidade aos verbos de percepção em Língua Portuguesa, seguindo a proposta de Aikhenvald (2004). A autora selecionou os três verbos: 'ver', 'sentir' e 'ouvir', por considerar mais prototípicos de cada sentido. Ao analisar os dados, classificou-se os verbos a partir de três tipos de evidencialidade - reportativa, inferida e direta - como ilustrado abaixo:

(12) Vi na Folha de S. Paulo que a campanha de vereador em Sampa vai custar 1 milhão de reais. (Vendrame-Ferrari, 2012, p. 106)

(13) Mah, tente não ser tão grossa. Eu li [o texto] inteiro e pelo que eu vi você está tentando se afastar dele. (Vendrame-Ferrari, 2012, p. 108)

[6] Para saber mais sobre a relação entre verbos de percepção, aspecto e gerúndio, ver Rodrigues (2006).

(14) Sete e meia da manhã. Cruzo a cidade adormecida e escura. Já no centro, perto do trabalho, ouço passarinhos cantando. Passarinhos cantando. Em pleno janeiro. (Vendrame-Ferrari, 2012, p. 110)

Segundo a autora, em (12), há uma evidencialidade reportativa, uma vez que o falante não presenciou o fato, mas ficou sabendo por outra fonte, neste caso, a Folha de São Paulo. No exemplo dado em (13), há uma evidencialidade inferida, porque o falante chega à conclusão de que sua interlocutora está tentando se afastar de alguém, a partir de outras informações. Por fim, (14) apresenta uma evidencialidade direta, uma vez que o falante presencia os passarinhos cantando. Ao analisar os dados, Vendrame-Ferrari conclui que a evidencialidade reportativa ocorre com os verbos 'ver' e 'ouvir' quando há uma retransmissão. A evidencialidade inferida ocorre com os três verbos analisados: 'ver', 'ouvir' e 'sentir' - quando há um cálculo mental processado pelo falante. E a evidencialidade direta também ocorre com os três verbos nos casos em que expressam uma ação presenciada pelo falante.

A autora ainda destaca que a evidencialidade só é analisada quando os enunciados são em primeira pessoa, uma vez que esse fenômeno diz respeito ao falante. Entretanto, essas noções de presenciar ou não o fato descrito pela sentença serão cruciais para nossa análise na seção seguinte, mesmo em sentenças que estejam em terceira pessoa, que são nosso objeto de análise.

A partir desse panorama geral de pesquisas em PB relacionadas com os verbos de percepção, identificamos que tanto Leger, Lunguinho e Rodrigues (2021) quanto Vendrame-Ferrari (2012) descreveram pelo menos três possibilidades de leitura para esses tipos de verbo. Leger, Lunguinho e Rodrigues apresentam as leituras direta, indireta e imaginativa, enquanto Vendrame-Ferrari descreve as leituras de evidencialidade reportativa, evidencialidade inferida e evidencialidade direta. Sistematizando esses tipos de leitura, tanto a leitura de evidencialidade reportativa quanto a de evidencialidade indireta podem ser consideradas leituras indiretas, pois o indivíduo não presenciou o evento. A evidencialidade direta gera uma leitura direta, uma vez que o indivíduo presenciou o evento. A leitura imaginativa, como já mencionada anteriormente, não será objeto de estudo da presente pesquisa.

Diante disso, daqui para frente, assumiremos que verbos de percepção apresentam duas leituras principais: uma direta, em que o indivíduo presenciou o evento, e uma indireta, em que o indivíduo inferiu o evento, seja por ter sido informado por outra fonte, seja por ter presenciado algo que o levou à conclusão de que o evento ocorreu.

É importante destacar, também, que apesar de haver trabalhos que investigam os verbos de percepção em PB, ainda não há uma proposta semântica, de perspectiva formal, que busque apresentar uma explicação generalizada para o licenciamento de diversos tipos de complemento. Acreditamos, então, que nossa pesquisa seja original e venha contribuir com os estudos formais do significado em português brasileiro.

3. Análise formal dos verbos de percepção em português brasileiro

Esta seção analisa as sentenças com verbos de percepção cujos complementos sejam: uma oração desenvolvida inserida pelo complementizador 'que' ; uma oração reduzida de infinitivo; um sintagma nominal/determinante. Investigamos três propostas para explicar por que a leitura indireta só está disponível nos casos do complementizador 'que': uma em que a possibilidade de duas leituras se dá pela ambiguidade no verbo, ou seja, uma polissemia; a segunda considera que a ambiguidade esteja na oração subordinada; a terceira; por fim, a proposta que consideramos mais vantajosa defende que as duas leituras não ocorrem por ambiguidade e sim por vagueza do complementizador 'que'. Esse apresenta uma entrada lexical vaga o suficiente para permitir tanto a leitura direta quanto a leitura indireta dos verbos de percepção investigados. Consideramos que o fenômeno da ambiguidade envolve pelo menos dois sentidos distintos, enquanto a vagueza diz respeito a expressões mais gerais na língua, que são especificadas pelo contexto (cf. Chierchia, 2003). Retomemos os exemplos dados na introdução, (15), com o complementizador 'que, (15b), com oração infinitiva e (15)c com sintagma nominal / determinante:

(15) a. João viu que Maria cantou.
b. João viu Maria cantar.
c. João viu o canto de Maria.

Comecemos a análise pelo exemplo em (15a), em que o complemento é uma oração subordinada desenvolvida. Como mostramos na seção anterior, essa construção pode ter mais de uma leitura: direta ou indireta. Desse modo, a primeira questão que queremos explorar é como as leituras direta e indireta são geradas nesse tipo de construção. Na leitura direta de (15a), João presenciou o canto de Maria. Essa leitura pode ser parafraseada por: João viu o canto de Maria. Já na leitura indireta de (15a), João não estava presente no momento do canto, mas concluiu, a partir de indícios, que Maria cantou. Pode ser parafraseada: João inferiu que Maria cantou. O mesmo fenômeno ocorre com o verbo *to see* do inglês, como descrito por Elliot (2020). Para explicar as leituras observadas no inglês, o autor defende que o verbo *to see* é polissêmico, podendo denotar a eventualidade de inferir, como representado em (16b), ou a eventualidade de ver, como representado em (16a).[7]

(16) a. ⟦see⟧ = λe. seeing (e)
b. ⟦see⟧ = λe. inferring(e) (Elliot, 2020, p. 93, versão simplificada)

Seguindo essa mesma lógica, poderíamos assumir que o verbo 'ver' em português brasileiro também possui duas denotações armazenadas no léxico, ou seja, haveria uma ambiguidade lexical. A primeira, representada em (17a), seria empregada quando o falante presenciou o evento e a segunda, representada em (17b), seria empregada quando o falante não viu o evento, mas inferiu que ele ocorreu.

[7] Assumimos o conceito de eventualidade, inicialmente proposto por Bach (1986), que inclui tanto eventos quanto estados e processos.

(17) a. $[\![ver_1]\!] = \lambda e.$ ver (e)
b. $[\![ver_2]\!] = \lambda e.$ inferir (e)

Outros verbos de percepção também apresentam duas leituras quando ocorrem em orações subordinadas finitas, como 'observar' e 'ouvir'. No caso de 'ouvir', em (18a), há uma semelhança com (15a), uma vez que apresenta uma leitura direta e outra indireta. Na leitura direta, João estava presente no momento do canto e o ouviu. Na leitura indireta João não estava presente, mas ouviu de alguém o relato de que Maria cantou.

(18) a. João ouviu que Maria cantou.
b. João ouviu Maria cantar.
c. João ouviu o canto de Maria.

Aqui, novamente, poderíamos assumir dois sentidos para 'ouvir' armazenados no léxico. O primeiro, representado em (19a), seria empregado quando o falante presenciou o evento e o segundo, representado em (19b), seria empregado quando o falante não estava presente no evento, mas foi relatado que o evento havia ocorrido.

(19) a. $[\![ouvir_1]\!] = \lambda e.$ ouvir (e)
b. $[\![ouvir_2]\!] = \lambda e.$ ser relatado (e)

Um aspecto em que a proposta de ambiguidade lexical falha é por não conseguir explicar a ausência de duas leituras nas outras construções.[8] Ou seja, se há duas denotações disponíveis para verbos de percepção, por que não podemos usar as denotações de leitura indireta em construções nos quais eles tomam uma oração com verbo no infinitivo, como (15b) e (18b), ou construções com um sintagma determinante (DP), como (15c) e (18c)? Além disso, essa proposta precisa assumir que há duas representações semânticas para cada verbo de percepção que possui as leituras direta e indireta, como representado em (17) e (19). Entretanto, seria mais econômico que esses verbos tivessem apenas uma denotação e que as diferentes leituras fossem geradas no decorrer da derivação das orações (15a) e (18a). Por fim, um último aspecto que a proposta de ambiguidade lexical não dá conta de explicar é por que as mesmas leituras estão disponíveis em verbos de percepção em diferentes línguas não relacionadas. Uma vez que ambiguidade não é uniforme em todas as línguas, não é esperado que o mesmo tipo de verbo possua a mesma ambiguidade em diferentes línguas.

Diante disso, uma outra tentativa para explicar as duas leituras possíveis em sentenças com verbos de percepção com orações desenvolvidas seria que a ambiguidade não ocorreria no verbo, mas se daria no nível da oração subordinada. Desta maneira a oração, 'que Maria cantou' apresenta duas

[8] Um parecerista anônimo sugere que poderíamos pensar que o segundo sentido é criado a partir de um processo metafórico. No entanto, apenas assumir uma extensão do sentido metafórico não explicaria por que o sentido indireto só estaria presente com orações completivas com 'que'.

representações semânticas, uma para a leitura direta, em que o experienciador do verbo de percepção tenha presenciado o evento e outra para a leitura indireta, em que a partir de indícios ou relatos, o experienciador conclui que o evento ocorreu.

Partimos da proposta de Elliott (2020), que defende que orações encaixadas com *that* denotam predicados que se referem a entidades com conteúdo proposicional (CONT): objetos abstratos, histórias, fatos. Assim, o autor considera que entidades e eventualidades pertencem ao mesmo domínio e possuem o mesmo tipo semântico: *e*.[9]

Elliott propõe que o complementizador toma como complemento uma oração e retorna um predicado com conteúdo proposicional. Por retornar uma propriedade de indivíduos, o tipo semântico é <e,t>, equivalente ao de um sintagma nominal. Uma oração subordinada como 'que maria cantou' terá a seguinte representação formal:

(20) ⟦que Maria cantou⟧ = λx . CONT (x) = Maria cantou.[10] (versão simplificada)

De acordo com essa proposta, o complementizador é do tipo <<*s*,*t*>, <*e*,*t*>> e, a partir de uma aplicação funcional, toma uma oração, com conteúdo proposicional, do tipo <*s*,*t*>, e retorna um predicado do tipo semântico <*e*,*t*>. Esse predicado possui um conteúdo proposicional, ou seja, descreve uma eventualidade no mundo. Se fizermos a derivação semântica, as condições de verdade para a sentença (15a) são as descritas em (21).[11]

(21) ⟦João viu que Maria cantou⟧ = 1 sse $\exists e$.EXP(e) = João & VER(e) & OE (e) = x & CONT(x) = Maria cantou.

De acordo com essas condições de verdade, a sentença é verdadeira se: existe uma eventualidade; o experienciador da eventualidade é João; trata-se de uma eventualidade de ver uma entidade *x* e o conteúdo de *x* é Maria cantar. Mais uma vez, as condições de verdade descrevem a leitura direta, em que João viu uma determinada entidade, cujo conteúdo proposicional é que Maria cantou. Essa

---

[9] Tradicionalmente, entidades são do tipo semântico *e.* Predicados que tomam entidades como argumentos empregam a variável *x,* enquanto eventos costumam ter outro tipo semântico e ser representados pela variável *e*. Um parecerista anônimo levantou a questão sobre a compatibilidade de tratar eventos como tipo *e* (das entidades), mas empregar a variável *e* para eventos, como ilustrado em (19). Para Elliot (2020, p. 27), o domínio das entidades De é uma união de dois domínios, o domínio D, dos indivíduos, e o domínio E, dos eventos (De = $D \cup E$). Logo, o uso da variável *x* é reservado para elementos do domínio D, o uso da variável *e* é reservado para elementos do domínio E, mas o tipo semântico empregado tanto para entidades como para eventos é De, ou seja, elementos de D e E possuem o mesmo tipo semântico, mesmo que se empregue variáveis diferentes para seus elementos.

[10] Essa representação é uma adaptação simplificada de Elliott, 2020. Na proposta original, o autor faz uso da teoria de mundos possíveis, pois sua análise inclui, além de verbos de percepção, os verbos de atitude proposicional, em que é necessária uma semântica intensional. Como nosso objeto de análise são sentenças com verbos de percepção, que são extensionais, optamos por não adotar a semântica de mundos possíveis para esses tipos de verbo.

[11] Vale destacar que (21a) representa uma estrutura simplificada daquela que é assumida por Elliott (2020) uma vez que, para o autor, tanto o argumento interno quanto o argumento externo são introduzidos por operadores e não são argumentos do verbo como representado em (21).

proposta semântica, no entanto, não explica as duas leituras: direta e indireta. Ela só condiz com a primeira, em que João presenciou o evento.

Para uma denotação semântica que contemple a segunda leitura sem assumir ambiguidade para verbo perceptivo, como propõe Elliott (2020) para o inglês, poderíamos considerar que as duas leituras estão presentes na oração subordinada. Dessa forma, além da representação em (20), poderíamos assumir uma segunda representação que deixe claro que João não presenciou o evento, mas que ele teve acesso a alguma informação que o levou a concluir que o evento aconteceu. Uma alternativa seria incluir na composição semântica da oração subordinada um evidencial:

(22) ⟦que Maria cantou⟧= λx.∃y. EVID(x) & x leva à conclusão do CONT(y) = Maria cantou

Essa proposta é compatível, por exemplo, com uma situação em que João leu uma reportagem que discorre sobre uma apresentação musical de Maria, ocorrida no passado. Pode-se dizer que a sentença em (15a) é verdadeira nesse contexto, com as condições de verdade a seguir:

(23) ⟦João viu que Maria cantou⟧ = 1 sse ∃e.∃x. EXP(e) = João & VER(e) & OE(e) = x & ∃y. EVID(x) & x leva à conclusão do CONT(y) = Maria cantou.

As condições de verdade em (23) descrevem que a sentença é verdadeira se existir uma eventualidade de ver, cujo experienciador é João, e este viu evidências que levam à conclusão de que Maria cantou. Essas condições descrevem bem a leitura indireta. Entretanto, não são suficientes para explicar por que a oração pode gerar também a leitura direta. Essa proposta não resolve o problema, se não explicarmos como essas duas interpretações são geradas. Além disso, assumir que evidências fazem parte da estrutura de orações subordinadas daria conta da leitura indireta de 'ver', mas se consideramos uma sentença com outro verbo de percepção, como o 'ouvir', a proposta não é adequada, uma vez que na leitura indireta o indivíduo não ouve evidências que o levam a concluir que o evento ocorreu, mas apenas é reportado por outra pessoa que algo aconteceu. Repetimos, a seguir, o exemplo dado anteriormente, por conveniência:

(24) João ouviu que Maria cantou.

Na sentença em (24), é possível haver uma interpretação de que João ouviu o exato momento em que Maria cantou, a leitura direta, ou uma segunda interpretação de que alguém comentou com João que Maria cantou, a leitura indireta. Dessa maneira, há duas interpretações para (24), porém a segunda não pode ser parafraseada por: João ouviu evidências de que Maria cantou.

Diante disso, assumir que há uma ambiguidade no nível da oração subordinada seria custoso, porque seria necessário propor denotações semânticas distintas para os complementos de cada verbo de percepção. Ainda, mesmo que fosse possível assumir a mesma derivação para todas as sentenças com verbos de percepção, não seria o mais ideal. Se estamos buscando uma única representação

semântica que descreva as duas leituras possíveis e que seja generalizada o suficiente para explicar as duas leituras presentes em diversos tipos de verbos de percepção, este não é o melhor caminho: assumir duas representações semânticas distintas para a mesma sentença. Dessa forma, é mais plausível que haja um componente, parte da gramática, que seja responsável por gerar essas leituras.[12]

Considerando o exposto até aqui, desenvolveremos uma terceira proposta de análise, em que sentenças com verbos de percepção não possuem duas leituras, mas há um componente na estrutura sintática que contribui para gerá-las. Defendemos que não há uma ambiguidade de leitura, mas que sentenças com verbos de percepção são vagas. Essa vagueza é gerada pelo complementizador 'que', que é sensível ao contexto e será enriquecido por uma ancoragem contextual no contexto de fala. Para nós essa proposta é mais vantajosa do que as anteriores, por que não é necessário assumir duas representações semânticas, nem no nível lexical, nem no nível da oração subordinada. Ainda, assumir a distinção de leitura esteja no complementizador 'que' também explica por que a leitura indireta não está disponível com complementos oracionais infinitivos ou com sintagmas nominais / determinantes. Podemos, então, parafrasear a leitura direta assumindo que João estava presente no momento do evento, como representado em (25a), enquanto a leitura indireta pode ser parafraseada por João vendo, não evidências, mas algo que o levou à conclusão de que o evento ocorreu, como representado em (25b).

(25) a. João viu [o evento] que Maria cantou.
b. João viu [algo que o levou à conclusão de] que Maria cantou.

Dessa forma, não é a denotação do verbo 'ver' que é ambígua, nem as orações subordinadas, mas não há clareza se o que foi visto pelo indivíduo foi o evento em si ou se ele viu algo que o levou a concluir que o evento ocorreu. Diante disso, nossa proposta é desenvolver uma entrada lexical para o complementizador 'que', de maneira que seja suficientemente vaga para sustentar as duas leituras possíveis, tanto a direta quanto a indireta, e que seja compatível composicionalmente com a estrutura sentencial. Kratzer (2023) apresenta uma proposta para verbos de percepção, na qual o que é visto não é o evento diretamente, mas uma situação que sustenta que a proposição é verdadeira, como ilustrado em (26a):

(26) a. Houve uma situação no passado *s* que Borges viu, e *s* sustenta a verdade de que *Maria alimentou os animais*[13]. (Kratzer, 2023)

---

[12] Para corroborar com a ideia de que assumir ambiguidade na oração subordinada não é a melhor opção um parecerista destacou que se houvesse ambiguidade na oração subordinada, essa ambiguidade ocorreria com todos as sentenças com complementizador 'que'. Porém isso não ocorre com outros verbos. De acordo com o parecerista, assumir ambiguidade na oração subordinada é mais custoso ainda do que assumir ambiguidade no verbo. Por isso defendemos que não é uma questão de ambiguidade, mas de vagueza da conjunção.

[13] 'There is an actual past situation *s* that Beryl saw, and *s* supports the truth of *Meryl feed the animals hay*.' (tradução nossa).

A representação em (26) explica a leitura indireta ilustrada em (25b), na qual o sujeito não viu o evento diretamente, mas uma situação que o leva à conclusão de que a proposição é verdadeira. Apesar da representação em (26) empregar semântica de situações, Kratzer (2023) indica que os fatos seriam explicados da mesma forma empregando a semântica de eventos Davidsoniana. Desta maneira, a semântica de situações não seria necessária para tratar verbos de percepção. Diante disso, optamos por empregar a semântica de eventos como em (26b).

(26) b. Houve uma eventualidade no passado *e* que Borges viu, e *e* sustenta a verdade de que *Maria alimentou os animais*.

A proposta de verbos perceptivos apresentada por Kratzer (2023) não traz a derivação passo a passo especificando qual a contribuição semântica do subordinador *that* para a sentença com esses verbos. No entanto, em outro trabalho, a autora apresenta uma entrada semântica para o complementizador factivo (Kratzer, 2006), na qual ele toma uma proposição e retorna o único evento (ιe) que exemplifica essa proposição. O operador ι é responsável por retornar o único evento *e* que exemplifica o predicado de eventos *p.* Essa entrada está ilustrada em (27).

(27) ⟦that⟧ = λp. ι*e* exemplifies (p)(e) (Kratzer, 2006, p. 4)

Embasaremos nossa proposta em Kratzer (2006) e Kratzer (2023) para verbos perceptivos e para a denotação semântica ao complementizador, de acordo com a qual o complementizador toma uma proposição e retorna a única eventualidade *e* que sustenta a verdade de que a proposição p é verdadeira em um momento passado i''. Para tanto, propomos relações entre intervalos de tempo, pressupostos da semântica temporal de acordo com Comrie (1985) e Klein (1994). Comrie destaca que o tempo gramatical é diferente do tempo cronológico. Enquanto o tempo cronológico é uma perspectiva de organização temporal de fatos no mundo, o tempo gramatical diz respeito às formas que as línguas naturais dispõem para descrever os fatos. Klein, por sua vez, destaca que o tempo gramatical envolve três momentos ou intervalos de tempo: o momento da fala, o momento do evento e o momento de referência. O momento da fala coincide com o momento da enunciação, uma vez que tempo é dêitico, o momento do evento diz respeito ao início e fim da eventualidade descrita pelo verbo, e o momento de referência é a ancoragem temporal em relação ao momento da fala: passado, presente ou futuro. A proposta desenvolvida para a entrada lexical é a seguinte:

(28) $[\![\text{que}]\!]_{<\text{it,e}>} = \lambda p_{<\text{i,t}>}.\iota e.\ e \text{ sustenta que } p\ (\text{i''}) = 1$[14]
Paráfrase: 'que' toma uma propriedade de intervalos de tempo *p* e retorna a única eventualidade *e* que sustenta que *p* é verdadeira quando aplicada a um intervalo de tempo *i''*

[14] Para que o complementizador tome uma propriedade de tempos, é necessário haja uma abstração funcional temporal na oração subordinada (cf. Katz, 2002).

A denotação de 'que' acima só daria uma explicação para a leitura indireta, uma vez que, ao se compor com um verbo de percepção como 'ver', o que seria visto seria a única eventualidade – *ie* – que levou à conclusão de que p é verdadeira, mas não explicaria a leitura em que a pessoa presencia o evento diretamente.

Considerando as sentenças analisadas no presente artigo, podemos relacionar os acontecimentos a intervalos de tempo distintos e esses intervalos de tempo seriam os responsáveis pelas duas leituras possíveis. Tais leituras podem ser representadas como diferentes relações entre dois intervalos de tempo: *i*' - é o tempo da eventualidade e *i*'' - é o tempo do evento descrito em *p*. A relação de intervalos de tempo dada em (29a) representa o tempo da eventualidade como posterior ao tempo do evento descrito em *p*. Essa relação gera uma leitura indireta, em que o evento ocorreu antes do que foi visto - ou seja - aquilo que foi visto é diferente do que se conclui que aconteceu. Já (29b) representa uma leitura direta, em que o tempo da eventualidade é concomitante com o tempo do evento descrito em *p*.

(29) a. *i*' (tempo da eventualidade) < *i*'' (tempo do evento de *p*) – *leitura indireta*
b. *i*' (tempo da eventualidade) = *i*'' (tempo do evento de *p*) – *leitura direta*

Dessa forma, ao se compor com um verbo de percepção como 'ver', o que é visto não é o evento descrito pela proposição, mas uma única eventualidade - ι*e* - que leva à conclusão que a proposição é verdadeira. Conciliar essa eventualidade com a semântica temporal dá conta de explicar tanto a leitura direta quanto a leitura indireta. Por exemplo, a sentença 'João viu que Maria deu aula' é verdadeira em duas situações: (i) o João vê indícios que ela deu aula como o quadro escrito com a letra dela (leitura indireta) ou (ii) o João presencia a aula da Maria (leitura indireta). Na primeira leitura, a eventualidade é o estado da lousa estar escrita com a letra da Maria e o evento descrito em *p* é a Maria dar aula. O fato do quadro estar escrito com a letra da Maria presenciado por João possui um tempo diferente do tempo do evento no qual Maria dá aula. Nesse caso, gera-se a leitura indireta, como ilustrado em (29a). Porém, se a eventualidade observada transcorre no mesmo intervalo de tempo, o que foi visto foi o evento descrito em *p*, o que gera a leitura indireta.

A vantagem de empregar as relações temporais é que podemos condensar as relações representadas em (29) em uma única relação entre os intervalos de tempo no qual *i*' é anterior ou igual a *i*'', como ilustrado em (30). Tal representação permite as duas leituras e é um passo crucial para uma semântica unificada que possa explicar ambas: leitura direta e indireta.

(30) *i*' (tempo da eventualidade) ≤ *i*'' (tempo do evento) – *leituras direta e indireta*

Incorporamos essa proposta para o complementizador 'que'. As relações de intervalo de tempo são inerentes ao seu léxico. Dessa maneira, 'que' terá a denotação semântica como representada em (31):

(31) $[\![\text{que}]\!]_{<\text{it,e}>} = \lambda p_{<\text{i,t}>}.\iota e.\ \exists i'.\exists i''.\ \text{T}(e) = i' \ \&\ e \ \text{sustenta que}\ p\ (i'') = 1\ \&\ i'' \leq i'$

Na entrada lexical proposta acima, o complementizador 'que' é uma função que toma como argumento um predicado do tipo <*i*,*t*> e retorna a única eventualidade tal que existam dois intervalos de tempo - *i'* e *i''* - e a eventualidade e ocorreu em *i'* e sustenta a verdade que o predicado de intervalos de tempo *p* ocorreu em *i''* e *i''* pode ocorrer anteriormente ou concomitantemente com i', relação temporal representada pelo símbolo ≤.

Ao fazer a composição semântica, o complementizador 'que' toma como argumento a oração subordinada, que está no nível oracional, ou seja, é uma proposição e possui condições de verdade. Tem como conteúdo semântico um valor de verdade é do tipo *t*. Entretanto, esse tipo semântico não é compatível com o tipo semântico selecionado por 'que'. Desta maneira, assumimos que nesse nível da composição semântica da sentença ocorre uma *abstração funcional*, responsável por possibilitar que o complementizador opere sobre o intervalo de tempo *i, o qual,* antes, seria determinado contextualmente: λi. (cf. Katz, 2002) A denotação da oração subordinada, então, será a seguinte:

(32) $[\![\text{Maria cantou}]\!]_{<i,t>} = \lambda i$. Maria canta em *i*

A partir dessa operação, o argumento é compatível semanticamente e pode ser composto com o operador 'que' a partir de uma operação de *aplicação funcional*. Como resultado, teremos a seguinte denotação semântica:

(33) $[\![\text{que Maria cantou}]\!]_{e} = ie.\ \exists i'.\exists i''.\ T(e) = i' \ \&\ e$ sustenta que Maria cantou em $i'' \ \&\ i'' \leq i'$

Nesse nível da composição, graças ao operador *iota*, a oração subordinada possui o tipo semântico de uma entidade - o tipo e - que é compatível com a composição do verbo de percepção 'ver' - uma função que toma três argumentos: um argumento evento e dois argumentos do domínio das entidades. Fazendo toda a derivação semântica, chegaremos às seguintes condições de verdade para a sentença em (15a):

(34) $[\![\text{João viu que Maria cantou}]\!]^{i} = 1$ sse $\exists e'.$ VER(e') & EXP(e') = João & OE(e') = $ie.\ \exists i'.\exists i''.$ T(e) = i' & e sustenta que $\exists e''.$ CANTAR(e'') & AG(e'') = Maria & T(e'') = i'' & $i'' \leq i'$ & T(e') = i

Para a classificação dos papéis temáticos, assumimos a tipologia proposta por Cançado e Amaral (2016). Ainda, assumimos que o tempo pretérito é dado a partir de um índice assinalado em *i*. As condições de verdade, então, podem ser parafraseadas por: A sentença "João viu que Maria cantou" é verdadeira se e somente se existe uma eventualidade e' de ver e essa eventualidade tem como experienciador (EXP) 'João' e como objeto estativo (OE) uma outra eventualidade e existem dois intervalos de tempo, *i'* e *i''*, a eventualidade ocorre em *i'* e que existe um evento *e''* de cantar, cujo agente (AG) é Maria que ocorreu em *i''*. O evento de cantar pode ocorrer concomitantemente com a eventualidade, ou seja, é o próprio evento de cantar, ou pode ocorrer antes da eventualidade,

ou seja, no momento da ação de ver, João viu algo que leva à conclusão de que Maria tenha cantado anteriormente. Então, para os contextos em que João viu o momento exato em que Maria cantou, a eventualidade corresponde ao próprio evento de Maria cantar e esses contextos apresenta a leitura indireta. Já para os contextos em que João viu algo que o fez crer que Maria tenha cantado, a eventualidade corresponde a um evento ou estado que o leva à essa conclusão, leitura indireta. Essa segunda leitura ocorre, por exemplo, em uma situação na qual João viu uma reportagem sobre um show de Maria que já tenha ocorrido. Isso o leva a crer que ela tenha cantado.

Com essa proposta, é possível explicar as duas leituras disponíveis para o verbo 'ver': direta e indireta - em sentenças subordinadas desenvolvidas com o complementizador 'que'. Ainda, a entrada lexical define que a eventualidade sempre ocorre concomitante com a eventualidade denotada pela oração principal, do verbo de percepção. Se a eventualidade corresponde ao evento denotado pela oração subordinada, haverá uma leitura direta. Por outro lado, se a eventualidade é algo que fez o indivíduo chegar à conclusão do evento, então teremos uma leitura indireta. Tendo em vista que o complementizador 'que' é responsável pela vagueza semântica que possibilita ambas as leituras, também é possível assumir que sentenças com outros tipos de verbos como 'ouvir' ou 'sentir' tenham a mesma representação semântica. Com isso, é possível explicar que esses tipos de verbo também apresentam as leituras direta e indireta:

(35) João ouviu que Maria cantou.

(36) $[\![\text{João ouviu que Maria cantou}]\!]^i = 1$ sse $\exists e'.\ \text{OUVIR}(e') \ \&\ \text{EXP}(e') = \text{João} \ \&\ \text{OE}(e') = ie.\ \exists i'.\exists i''.\ \text{T}(e) = i' \ \&$ e sustenta que $\exists e''.\ \text{CANTAR}(e'') \ \&\ \text{AG}(e'') = \text{Maria} \ \&\ \text{T}(e'') = i'' \ \&\ i'' \leq i' \ \&\ \text{T}(e') = \text{i}$

(37) João sentiu que Maria cantou.

(38) $[\![\text{João sentiu que Maria cantou}]\!]^i = 1$ sse $\exists e'.\ \text{SENTIR}(e') \ \&\ \text{EXP}(e') = \text{João} \ \&\ \text{OE}(e') = ie.\ \exists i'.\exists i''.\ \text{T}(e) = i' \ \&\ e$ sustenta que $\exists e''.\ \text{CANTAR}(e'') \ \&\ \text{AG}(e'') = \text{Maria} \ \&\ \text{T}(e'') = i' \ \&\ i'' \leq i' \ \&\ \text{T}(e') = i$

Para (35), podemos considerar que as condições apresentadas em (36) são compatíveis com um contexto em que João acompanhou o exato momento do canto de Maria e, também, para um contexto em que alguém relatou para o João que Maria tenha cantado. A sentença (37), por sua vez, pode apresentar tanto uma leitura direta como uma indireta. Na leitura indireta, o João teve contato com algo que o levou à conclusão de que Maria cantou. Por exemplo, se João sabe que Maria gosta muito de cantar e fica muito feliz quando canta. Se ele percebe que Maria está feliz e comenta: "Maria deve ter cantado, porque ela está feliz", pode-se afirmar (37). Em uma situação em que João seja surdo, mas que acompanha as vibrações musicais do canto de Maria, a sentença em (37) é verdadeira, de acordo com as condições de verdade de (38). Nesse caso, a eventualidade é o próprio canto de Maria, ou seja, uma leitura direta. Para o exemplo dado acima, a leitura mais saliente parece ser a leitura

direta. Entretanto, em outros contextos com o verbo 'sentir', a leitura indireta parece predominar. Observe a sentença a seguir:

(39) João sentiu que Maria estava triste.

Nesse caso, a leitura mais saliente, e talvez a única, é de que João percebeu algo que o levou à conclusão de que Maria estava triste. Verbos como 'sentir' e 'perceber' tendem mais a apresentar a leitura indireta. Nossa proposta explica a possibilidade de verbos de percepção permitirem as duas leituras em sentenças com complemento oracional finito, porém a presente pesquisa não aprofundou em uma explicação de por que alguns verbos tendem a apresentar mais leitura direta e outros mais leitura indireta. Deixamos essa pergunta para responder em pesquisas futuras.

Essa última análise, em que propomos uma entrada lexical para o complementizador 'que' é mais vantajosa, se considerarmos as demais: ambiguidade lexical e ambiguidade da oração subordinada. Isso porque é possível explicar os dois tipos de leitura que ocorrem nas sentenças com diversos tipos de verbos de percepção. Ainda, podemos explicar por que a leitura indireta não está presente em sentenças com verbos de percepção cujos complementos sejam orações infinitivas ou sintagmas determinantes.

A seguir, a proposta de análise para sentenças com orações infinitivas e com sintagmas determinantes, na perspectiva de desenvolvermos uma análise unificada para os três tipos de complementos possíveis em sentenças com verbos de percepção.

No que diz respeito às orações infinitivas, para a sua estrutura sintática, assumimos que possuem uma camada DP (sintagma determinante) acima da camada do VP (sintagma verbal). Essa proposta é baseada em Resende (2020), que assume que infinitivos em posição de argumento externo bem como infinitivos em posição de complemento de verbos volitivos e verbos voltados para o futuro possuem um D (determinante) nulo na estrutura como ilustrado respectivamente em (40a-c):

(40) a. $[_{D}$ Praticar alpinismo] entretém Maria.
b. Rita $[_{D}$ quer morar em Paris].
c. O Pedro decidiu $[_{D}$ morar em Paris]. (Resende, 2020, p. 224)

Um argumento do autor para essa análise é que essas construções podem apresentar uma estrutura clivada, como ilustrado em (41). Além disso, o autor destaca que essas orações infinitivas não podem aparecer em posições não marcadas por caso, como representado em (42). Por fim, um último argumento é o fato de que esses infinitivos podem ser retomados por clíticos, como em (43).

(41) a. É $[_{XP}$ morar em Paris$]_{i}$ que Maria quer t_{i}.
b. É $[_{DP}$ uma moradia$]_{i}$ em Paris que Maria quer t_{i}.
c. *É $[_{CP}$ que o João more em Paris$]_{i}$ que Maria quer t_{i}. (Resende, 2020, p. 225)

(42) a. *O desejo/sonho (de) morar em Paris.
b. A Maria deseja / sonha (*de) morar em Paris. (Resende, 2020, p. 225)

(43) A Maria quer [viajar de avião]$_{DP}$, e o Pedro também [o]$_{DP}$ quer. (Resende, 2020, p. 225)

Entendemos que essa análise também é válida para os verbos de percepção. As orações infinitivas que estão no escopo desse verbo possuem os mesmos comportamentos, podendo aparecer em construções clivadas, (44)a; não aparecendo em posições não marcadas por caso, (44)b e; podendo ser retomados por clíticos, (44)c. Em nossa análise, o determinante nulo (D) tem a função semântica de tomar uma propriedade e retornar o único evento compatível com aquela propriedade, conforme a entrada lexical apresentada em (45).

(44) a. É [$_{XP}$ a Ana cantar]$_i$ que João está vendo t$_i$.
b. *A visão (de) trabalhar o dia todo na mesma coisa me cansa.
c. O João viu [$_{DP}$ Ana cantar], e o Pedro também [$_{DP}$ o] viu.

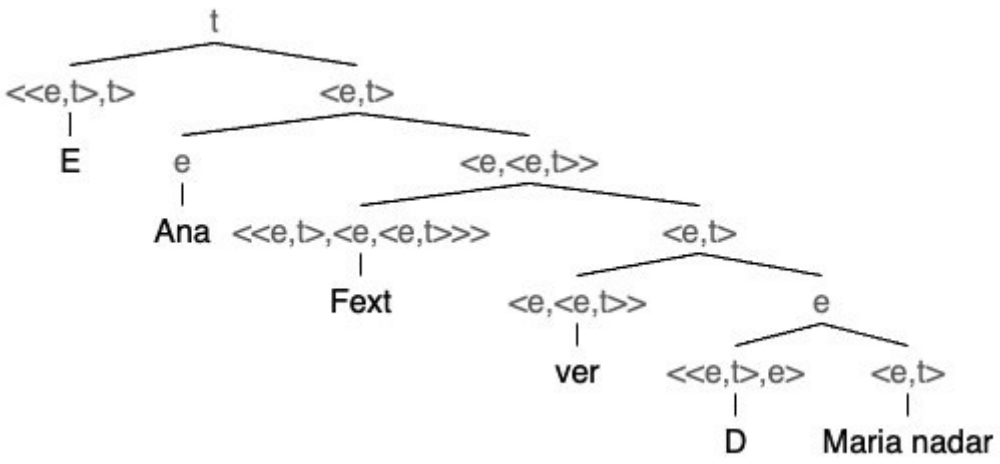
(45) $[\![D]\!] = \lambda P.\iota e[P(e)]$

Calcularemos a derivação semântica de uma sentença como 'João viu Maria cantar'. No nível do *v*P, a denotação da estrutura no escopo do verbo de percepção representa uma propriedade de eventos, como ilustrado em (48). Essa propriedade de eventos se compõe com o D nulo, que faz uma operação semelhante ao do 'que': uma propriedade P como argumento e retorna única eventualidade que ilustra essa propriedade. Em (47), há o único evento de cantar, no qual Maria é agente. Desse modo, o complemento de um verbo de percepção é um argumento do tipo *e*, que se compõe em com o verbo via *aplicação funcional,* como ilustrado na estrutura em (48).

(46) $[\![\text{Maria cantar}]\!] = \lambda e.\text{AGENTE}(e) = \text{Maria} \;\&\; \text{CANTAR}(e)$

(47) $[\![_D \text{ Maria cantar}]\!] = \iota e.\ \text{AGENTE}(e) = \text{Maria} \;\&\; \text{CANTAR}(e)$

(48)



Nessa derivação, o único evento denotado pelo DP entra diretamente como tema do verbo, como ilustrado em (49). Por esse motivo, sentenças com orações infinitivas não permitem outra leitura, a não ser aquela na qual João estava presente no momento em que o evento ocorreu.

(49) ⟦João viu Maria cantar⟧ = 1 sse ∃*e*'.EXP(*e*') = João & VER(*e*') & TH(*e*') = ι*e*. AGENTE(*e*) = Maria & CANTAR(*e*)

Por fim, em relação a sentenças de verbos de percepção que tenham como complemento um sintagma determinante (Como em (15c) e repetida em (50), por conveniência), defendemos as condições de verdade descritas em (51):

(50) João viu o canto de Maria.

(51) ⟦João viu o canto de Maria⟧ = 1 sse ∃e. VER(e) & EXP(e) = João & OE(e) = *i*(x), o canto de Maria (x) & T(e) = i

Essa análise não apresenta nenhuma novidade em relação às propostas de análises semânticas contemporâneas para verbos biargumentais. Porém, está de acordo com as nossas duas propostas anteriores para complementos oracionais, seja uma oração desenvolvida com o complementizador 'que', seja uma oração infinitiva. Ainda, explica por que verbos perceptivos não possuem as leituras direta e indireta quando tomam um DP.

Desta maneira, propomos que os verbos de percepção não apresentam ambiguidade no português brasileiro. A possibilidade de duas leituras - a leitura direta e a leitura indireta - encontradas em sentenças desenvolvidas, é desencadeada justamente pelo complementizador 'que', que em seu conteúdo semântico apresenta uma fórmula semântica vaga, que permite a interpretação das duas leituras. Essa vagueza diz respeito ao tempo da eventualidade, que pode condizer com o evento descrito pela oração subordinada ou ser posterior a esse.

4. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar uma proposta semântica unificada para sentenças do português brasileiro que contenham verbos de percepção, mais especificamente os verbos: 'ver', 'ouvir' e 'sentir'. Buscamos uma explicação semântica para a flexibilidade que esses verbos apresentam em relação aos tipos de complementos, podendo apresentar sintagmas determinantes, orações infinitivas e orações finitas, inseridas pela conjunção 'que'. Ainda, procuramos responder por que sentenças com complementos nominais e infinitivos apresentam apenas a leitura direta e sentenças desenvolvidas, inseridas pelo complementizador 'que', podem denotar leituras distintas: uma leitura direta e uma leitura indireta.

Defendemos que os verbos de percepção como 'ver', 'ouvir' e 'sentir' não são ambíguos e não apresentam entradas lexicais distintas, uma vez que essa proposta seria mais custosa para o sistema

linguístico e não suficiente para explicar por que apenas um tipo de complemento apresenta essas duas possibilidades de leitura.

Também descartamos a possibilidade de haver uma ambiguidade no nível da oração subordinada, tendo em vista que essa proposta não é ampla o suficiente para explicar sentenças com outros tipos de verbos. Além disso, assumir ambiguidade nesse nível também não parece ser a saída mais eficaz.

Nossa proposta, então, é que o complementizador 'que' é responsável por possibilitar as diferentes leituras, o que explica por que somente sentenças com complementos oracionais finitos podem apresentar pelo menos dois tipos de leitura: uma leitura direta e outra indireta. Desenvolvemos uma entrada lexical para 'que' e assumimos que esse representa uma função que toma predicados de intervalos de tempo como argumento e retorna a uma entidade. Essa entrada lexical apresenta uma eventualidade e dois intervalos de tempo: um relacionado à própria eventualidade e outro relacionado ao tempo do evento descrito pelo verbo da oração subordinada. O intervalo de tempo do evento pode ocorrer concomitantemente com a eventualidade, quando houver uma leitura direta, ou ocorrer anteriormente à eventualidade, quando houver uma leitura indireta. Dessa maneira, defendemos que a entrada lexical de 'que' não é ambígua, mas apresenta uma vagueza capaz de representar os dois tipos de leituras possíveis.

Ainda, essa proposta unifica os tipos semânticos dos três complementos: sintagma determinante, oração infinitiva e oração finita com complementizador 'que', já que em todos os casos teremos um argumento do domínio das entidades para saturar o verbo de percepção.

Acreditamos que este estudo venha contribuir com os estudos formais do significado, tendo em vista que buscamos apresentar uma descrição formal generalizada para os verbos de percepção do português brasileiro. Sabemos, entretanto, que nossa pesquisa apresenta limitações. Testamos os três verbos de percepção mais prototípicos: 'ver', 'ouvir' e 'sentir', mas não os demais existentes na língua. Dessa maneira, é precipitado afirmar que essa entrada lexical seja aplicável a todo e qualquer verbo de percepção. Indo além, o ideal seria haver uma entrada lexical generalizada suficientemente para ser aplicada a toda e qualquer sentença complexa com oração completiva. E dada as limitações de nossa pesquisa, optamos por focar no tipo de verbo em discussão. Esperamos, entretanto, que essas questões em aberto motivem mais pesquisas na área, na perspectiva de procurar descrever com mais precisão os fenômenos do português brasileiro.

Referências

AIKHENVALD, Alexandra. Y. *Evidentiality*. Oxford University Press, 2004.

BACH, Emmon. The Algebra of Events. *JSTOR - Linguistics and Philosophy,* v. 9, n. 1, pp. 5-16, 1986.

CANÇADO, Marcia; AMARAL, Luana. *Introdução à Semântica Lexical:* papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

COMRIE, Bernard. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ELLIOTT, Patrick D. *Elements of clausal embedding.* Tese de Doutorado. UCL (University College London), 2020.

GISBORNE, Nikolas. *The Event Structure of Perception Verbs*. Tese de Doutorado. Oxford University Press Inc., New York. 2010.

KATZ, Graham. Tense selection and the temporal interpretation of complement clauses. *In*: Graham Katz, Sabine Reinhard, and Philip Reuter, (eds.). Sinn & Bedeutung VI, *Proceedings of the Sixth Annual Meeting of the Gesellschaft für Semantik,* University of Osnabrück. 2002.

KLEIN, Wolfgang. *Time in Language*. London/New York: Routledge, 1994.

KRATZER, Angelika. Situations in Natural Language Semantics. *In*: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (eds.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2023 Edition. Palo Alto: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2023. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/situations-semantics/.

KRATZER, Angelika. Decomposing attitude verbs. *Handout for a talk given at the Hebrew University of Jerusalem*. 2006.

LÉGER, Catherine.; LUNGUINHO, Marcus.; RODRIGUES, Patrícia. To see as a marker of contextual salience in romance languages evidence from Acadian French and Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 65, 2021.

RESENDE, Maurício Sartori. *A Morfologia Distribuída e as peças da nominalização: morfofonologia, morfossintaxe, morfossemântica*. Tese de Doutorado. UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), 2020.

RODRIGUES, Patrícia. O Aspecto nas construções infinitivas e gerundivas complementos de verbos de percepção. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, n. 2, pp. 77-98, 2006.

SAMBRANA, Vania Rosa Mattos. *Marcadores discursivos formados pelos verbos de percepção-visuais olhar e ver: uma abordagem construcional.* Dissertação: Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2017.

VENDRAME-FERRARI, Valéria. Verbos de percepção em construções evidenciais de acordo com o modelo da gramática discursivo-funcional. *Revista LinguíStica* / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jun. 2012.